



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendedorismo - SMTE

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo

**Ata da 1ª Reunião Ordinária de 2017 do Pleno da VI Gestão do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMUSAN-SP.** Aos dezenove (19) dias do mês de janeiro de 2017, no Mercado Gourmet, espaço interno ao Mercado Municipal Paulistano, na Rua da Cantareira, 306, Centro, São Paulo – SP, realizou-se a 1ª Reunião Ordinária de 2017 do Pleno da VI Gestão do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMUSAN-SP. **PAUTA:** 1. Abertura e expediente; 2. Comunicações da Presidente; 3. Informes da Secretaria Executiva; 4. Avaliação das ações e atividades realizadas em 2016; 5. Estratégias Plano de Metas da Prefeitura (2017-2020); 6. Nova Gestão do COMUSAN-SP; 7. Prêmio Bloomberg; 8. Reunião Interconselhos para discutir o Programa Leve Leite; 9. Aprovação de Recomendações; e 10. Informes Conselheiras(os) e encerramento. Estiveram presentes, conforme assinatura em lista: Christiane Gasparine Araujo Costa – Instituto Polis; Leandro Cuebas, Luis Henrique Marinho Meira e Rosalina da Conceição Gomes Alves – Coordenadoria de Segurança Alimentar/SMTE; Fabíola Cassab – IBFAN – Rede Internacional em Defesa do Direito de Alimentar; Jânio R. Coutinho – Instituto Portal da Cidadania; Bruno Angelo Nepomuceno e Diego Rizzo Vieira – Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia; Vera Helena Lessa Vilela – SMS; Agnes Hanashiro – SME; José Cano Herédia Neto – SMDHC; Solange Cavalcante da Silva Redolfi – SVMA; Natalício T. de Albuquerque – Associação Beneficente Cristo Sapobemba; Maria do Socorro – Associação Beneficente Esporte Cultura e Lazer Nosso Sonho; Maria Helena Flaviano – ACOFRAPI; André Ruoppolo Biazoti – Instituto 5 Elementos; Bettina Gerken Brasil – Universidade Paulista UNIP; Dalva Maria de Oliveira – Movimento pelo Direito a Moradia; Márcia C. Cristina P. S. Thomazinho – Fundação ABRINQ; Vânia Luzia Cabreira – Conselho Regional de Nutricionistas 3º Região; Elcio Pires – Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de São Paulo; Milciria Teixeira Filho – Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo; Jair Cardoso Netto – Ilâ Aché Omo Ode; Ieda F. de Donato – Instituto Kilowa de Estudos e Pesquisas em Políticas

Públicas; Iraci Roberto do Nascimento – Clube de Mães do Jardim Nove de Julho; André Biazoti – Instituto 5 Elementos; Márcia Cristina P. S. Thomazinho – Fundação Abrinq; Eliana Maria Ribeiro Garrafa – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social; Marcionilia Nunes de Lima – cidadã; Avani Florentino de Oliveira – Movimento Social Indígena; e Antônia Eleni Atsalakis – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. Dando início à reunião Christiane, presidente do COMUSAN, falou da necessidade de dar continuidade ao trabalho do Conselho, sentindo o percurso e as possíveis dificuldades. Relatou a realização da reunião da Comissão Executiva, que tem como um dos objetivos elaborar a pauta e as discussões que se estabelecerão na reunião Plenária. Reportou a participação do Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendedorismo, Sr. Hélivio Nicolau Moisés, o qual informou que a equipe do novo secretário está se apropriando das características do processo de trabalho e que estavam com dificuldades de encontrar um nome, uma pessoa para ocupar a COSAN, tendo em vista a manifestação do Marcelo em não continuar. Em seguida, Leandro falou da construção do Plano de Metas, que está acontecendo em todas as Secretarias e explicou como tem sido conduzido o processo e suas colocações com relação à SAN. André L. falou da situação do país – dos riscos eminentes à SAN. Diante do exposto sobre o Plano de Metas, informou que a Consultora internacional Mckinsey está conduzindo o processo de forma voluntária. Reforçou a existência de Planos Setoriais, que foram elaborados na Gestão anterior e, dessa forma, a grande consultoria não está fazendo nada de novo, nosso Plano já prevê uma metodologia, diretrizes e metas bastante claras. Precisamos fazer uma carta com um apelo para que o COMUSAN-SP participe da construção do Plano de Metas, levando o PLAMSAN em consideração em sua construção. Disse que a lógica dessa Gestão é diferente com relação aos Conselhos Municipais, não ouvem a população, pois estão articulando Conselhos de notáveis nas diferentes pastas, o que diminui a nossa atuação. Disse ainda que a CAISAN é quem dá as prioridades da SAN no Município. E, dessa forma, se o SCHNEIDER (Secretário de Educação) cortar o Leve Leite simplesmente por questões orçamentárias, ele está cometendo improbidade administrativa e o Prefeito pode sofrer alguma sanção por isso. Avaliou que o esvaziamento do COMUSAN se deu por conta da demanda de estudos técnicos, a necessidade de levantar informações, que demandam tempo e as pessoas esperam coisas imediatas e não é dessa forma que funciona um Conselho. Reforçou que é preciso estruturar o Conselho, por exemplo, utilizar a sala que há na Rua da Cantareira e montar ali uma biblioteca. Disse, por fim, que apesar de alguns revezes e dificuldades encontradas, na Gestão passada foi feita uma cogestão, um governo popular, no qual o Conselho era convidado a participar da elaboração das ações. Christiane falou da reunião com Hélivio, na qual foram apresentadas as demandas do Conselho com relação à SAN e a nova Gestão. Agnes falou da Alimentação Escolar, que no ano passado tiveram algumas

dificuldades com relação à compra da Agricultura Familiar, por conta do entendimento dos órgãos de controle, em especial o Tribunal de Contas do Município. Falou também do trabalho que tem sido realizado para a implementação das Hortas Escolares, que tem sido impulsionadas no Município. Solange falou do trabalho na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, que já conta com uma nova Coordenadora de Educação Ambiental e diretor do DGD- Centro Oeste 1, e que está atualizando as informações junto a essas pessoas, sobre a participação da SVMA no Comusan e nas ações da Política de San no município. Disse também que deseja abordar o PROAURP para saber como está ou como tem sido pensado o orçamento para esse Programa. Eliana G. falou da realidade atual de SMADS, que provavelmente novos projetos surgirão, mas que ainda não foram anunciados e pode ser que alguns projetos antigos sejam extintos. Informou também que já tem novas pessoas chegando, mas que ainda não foram nomeadas e, de forma geral, estão no aguardo de novas diretrizes. Diego disse que no ano passado foram galgados muitos êxitos com relação à compostagem. Houve uma mudança de cultura com relação ao lixo ao realizar a construção dos pátios de compostagem, que se conectam à pauta da SAN; da agricultura orgânica; agricultura urbana e periurbana. O pátio da Lapa foi um piloto para validar a tecnologia e a construção dos demais. O novo passo a ser dado é conectar a produção do composto com produção de alimentos na cidade, implementando uma política bastante clara nesse sentido. Bruno Nepomuceno disse que a visão que se tem é de que a compostagem não é necessária. Novos pátios serão lançados, mas não sabemos quando e nem qual será o andamento. Tem que ligar isso ao elo da produção alimentar nas cidades, às hortas nas escolas. É preciso que o Conselho demande que os Pátios sejam levados adiante nessa Gestão, bem como, toda essa interligação já mencionada. Solange comenta que existe proposta de compostagem nos Parques, que considera muito importante a compostagem para o acesso aos alimentos saudáveis. E que teve um momento de conversa com a Subprefeitura BT, AMLURB, Rede de SANs, CRESAN-BT, Administração do Parque Raposo, para discussão e planejamento da proposta de ampliação da composteira do Parque, com sobras dos resíduos das feiras. O intuito é de melhorar o composto produzido para atender a demanda das solicitações das escolas para subsídios das hortas escolares, o próprio parque e demais solicitações ligação com as ações de SAN. Considera interessante fazer uma recomendação nesse sentido para todas as subprefeituras e Parques. Christiane propôs-se a mapear os movimentos que podem auxiliar nessas demandas. No Pólis, por exemplo, tem a Aliança Resíduo Zero, que pode ser chamada para participar do COMUSAN-Convida e debater o assunto. Além disso, a Morada da Floresta pode agitar o pessoal da Ecovida e vamos criando um caldo de discussão e mobilização. André L. sugere que a Aliança seja uma parceira na redação da nota. Vânia insiste que a nota tem que aparecer a ligação da cadeia de produção dos alimentos e pegar como mote a questão da economia de dinheiro.

**Encaminhamentos nº1:** pautar a pasta de SVMA e Subprefeituras com relação à Compostagem e Agricultura Urbana e Periurbana; nota à imprensa sobre o Programa de Compostagem, sua importância e a necessidade de sua ampliação; e realizar uma edição do COMUSAN-Convida sobre Compostagem (convidando a Aliança Resíduo Zero, Morada da Floresta e EcoVida). André L. questionou se havia alguém pra falar sobre a situação do Banco de Alimentos da cidade. Maria Helena disse que está tudo bem, mas tem um problema, pois não tem tido divisão de diferentes tipos de alimentos para as diferentes entidades. Dalva disse que uma coisa que é muito ruim é o imediatismo das doações, pois as entidades, muitas vezes, não tem transporte disponível e nem dinheiro. Jânio lembrou que em uma das reuniões foi colocada a pergunta de qual seria a porta de entrada da Segurança Alimentar e Nutricional e reforçou que o Banco seria uma dessas portas. Jair comenta que é necessário descongelar os cargos de Segurança Alimentar e Nutricional nas subprefeituras para viabilizar as ações locais, inclusive essa de aperfeiçoar a distribuição local desses alimentos. André L. disse que é necessário retomar a discussão sobre a tipificação dos equipamentos de EAN e que esse trabalho seja realizado até fevereiro. Chris disse que seria interessante as entidades mandarem depoimentos (por e-mail e whatsapp) sobre as doações, sobre a atuação do Banco de Alimentos. Vânia falou que seria interessante ligar as ações do Banco de Alimentos ao Projeto “Ligue os Pontos” que foi premiado pela Bloomberg, principalmente com a questão da tecnologia que está prevista no escopo da ideia. Chris falou que todos esses pontos abordados são totalmente ligados à questão da Segurança Alimentar e Nutricional em meio urbano, que é uma discussão que tem ganhado contornos bastante interessantes para pensar num circuito, numa interligação entre as ações setoriais. Disse que seria interessante fazer um diagnóstico/mapeamento dos equipamentos e traçar as possíveis conexões. Mariana informou que o PAA foi cortado pelo Governo Federal e dos 10 projetos encaminhados à CONAB (modalidade doação simultânea) somente 01 foi aprovado. O banco de Alimentos está ligando para todas as Cooperativas que tiveram projetos aprovados e oferecendo-se como unidade recebedora. Nesse mesmo sentido, Eliana G. falou da questão das Compras Institucionais, que seria interessante, por exemplo, que SMADS pudesse efetivar essas compras para a oferta de alimentos em seus serviços. Christiane aproveitou para relatar que a compra da Agricultura Familiar pela Educação apresentou alguns entraves no ano passado e que a participação da sociedade civil nesse processo foi fundamental, ao realizar a conversa com o Tribunal de Contas. Reforçou que isso faz parte da construção de um novo paradigma. **Encaminhamentos nº2:** discutir e redigir a tipificação dos equipamentos de SAN; Redigir Recomendação sobre Compras Institucionais. André L. informou que em abril vence o mandato da VI Gestão do COMUSAN e explicou que nesse caso acontece a eleição sociedade civil e indicação do Poder Público pelas respectivas pastas. Solange apresentou as sugestões que foram pensadas na Comissão Executiva, que são a recondução do Conselho

ou novas eleições. André L. disse que é necessário fazer consulta ao jurídico sobre a legalidade de fazer a recondução e também é necessário verificar se os atuais Conselheiros(as) tem interesse em serem reconduzidos. Angela sugeriu que as instituições se manifestem sobre a vontade de permanecer. Fabíola sugeriu que as eleições sejam prorrogadas para o meio do ano, para ter tempo para fazer de forma mais organizada. André B. disse que seria interessante ter um processo de reconduzir por mais um ano apenas. Eliana G. disse que ficou bastante claro que todos querem a recondução bastando apenas a consulta ao jurídico de como proceder. **Encaminhamentos nº3:** verificar com o jurídico se é possível fazer a recondução por 01 ano e passar os suplentes para os titulares que tenham desistido do mandato; realizar o planejamento anual do COMUSAN-SP no mês de fevereiro. André B. fez uma breve fala explicando o Projeto “Ligue os Pontos”, que foi vencedor do Mayor’s Challenge. Disse que é necessário saber qual Secretaria que irá gerir a execução do Projeto. André L. disse que uma das propostas é criar um Comitê Gestor do Projeto. **Encaminhamentos nº4:** escrever Carta para a Fundação Bloomberg; e escrever Carta para Secretária de Urbanismo e Licenciamento pedindo audiência para tratar do Projeto, assinada pelos 03 Conselhos (COMUSAN, CMDRSS e CAE). Sobre o Programa “Leve Leite”, Agnes disse que o Programa está em avaliação pela Secretaria da Educação, que ainda está sendo pensado se será por faixa etária ou vulnerabilidade social. Informou que está sendo discutido a questão de não existir indicadores que possibilitam avaliar os resultados com relação a nutrição das crianças, por exemplo. André L. lembrou que no ano passado foi cogitado em se fazer Seminário sobre o Programa e construir um posicionamento sobre o mesmo, mas a ideia não evoluiu, e isso poderia ser feito nesse ano. Eliana G. questionou qual seria a posição do Conselho sobre o Programa e sugeriu que isso fosse problematizado nessa reunião e perguntou a todos quais indicadores poderiam ser sugeridos para acompanhamento e avaliação do Programa. André L. questionou a todos se o COMUSAN quer o fim do Programa, se deseja direcionar a verba para outros programas ou se querem o fim progressivo do mesmo. Vera apontou que não foi tirado nenhum posicionamento do COMUSAN com relação a isso. Várias famílias e entidades se posicionam contra o fim do Programa. O mesmo tem um caráter bastante populista. Vera citou que a Saúde trabalhou por muitos anos nessa lógica, de suprir as famílias de crianças desnutridas com leite e cestas básicas. Mas o entendimento de que o problema da desnutrição é multifatorial, e não se combate vulnerabilidade social apenas no setor saúde, levou ao fortalecimento dos programas de redistribuição de renda como Bolsa Família e outros, construindo corresponsabilidade com outros setores, como saúde e educação. Fabíola disse que a filha dela recebeu esse leite e disse que o produto não é de boa qualidade, sensorialmente falando. Nesse momento, o Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendedorismo, Sr. Hélivio se apresentou e cumprimentou a todas e todos em nome da Secretaria e disse

que tem tido contato com toda a produção e o trabalho realizado pelo Conselho, e que tem servido para traçar as ações e atividades da Secretaria na temática de SAN. Dando continuidade à discussão sobre o Leve Leite, Jânio disse que há muitas controvérsias com relação ao Programa e dessa forma é preciso novos aportes de verba para outro tipo de alimentação nas escolas. Vânia disse que não é interessante realizar o corte pura e simplesmente, mas sim aplicar o dinheiro de outra maneira, por exemplo criando indicadores e estudos para seu monitoramento e ir verificando sua viabilidade. André L. disse que a Secretaria de Educação tem vários Programas ligados à alimentação, por exemplo, o Escola Mais Orgânica e que seria interessante se a verba desse programa (Leve Leite) fosse para esses programas mais consistentes no nível nutricional e aperfeiçoá-los ainda mais. Eliana G. disse que, pelas discussões apontadas, a proposta do Conselho é de terminar o Programa, o que não acontecerá segundo sua avaliação e também não será possível que o recurso economizado seja encaminhado a outras ações. Disse que é importante ouvir a administração e abrir uma mesa de negociações no sentido de incrementar o programa, viabilizar os indicadores, levar em consideração a vulnerabilidade social, Insegurança Alimentar e Nutricional. Vânia apontou que há crianças que não acessam as escolas e dessa forma ficam sem receber esse tipo de alimento. Jânio disse que uma boa proposição seria de que o que vai restar do Programa após os cortes seja mensurado/avaliado de forma sistemática e que o COMUSAN pode auxiliar nesse sentido. Netto disse que se preocupa com o corte na Educação, pois essa pasta é estruturante para a cidade, mas como isso está dado, deve-se abrir uma mesa de negociação e proposição de ideias e saídas. Bettina disse que tem que se pensar a favor do aleitamento materno. Disse ainda que só a população em vulnerabilidade social deve receber o leite e com reforço vitamínico. Questionou a todos se ao tirar o Programa não piora a situação. André B. reforçou que há uma importante premissa que é a alimentação adequada e saudável, mas não temos informações suficientes para versar sobre o fim ou não do Programa, pois não temos instrumentos de medição. Disse que o COMUSAN deve ter o posicionamento de que a alimentação orgânica garante a SAN de forma mais concreta que a distribuição de leite. André L. disse que o COMUSAN tem 100 dias para resolver essa situação. Disse que as seguintes questões tem que ser feitas: O que compõe a alimentação escolar? Quem identifica quem receberá não é uma política da Saúde? Disse que se é para incidir na desnutrição, então não é da alçada somente da escola e que o foco do debate deve ser “o que compõe a alimentação escolar?”. Antônia disse que a discussão tem que ser técnica e não somente financeira. Não temos instrumental técnico, temos que ampliar a discussão e chamar as universidades para essa discussão.

**Encaminhamentos nº5:** participação de conselheiros(as) na reunião com a Secretaria de Educação; e realizar Seminário sobre a temática no mês de março. Após essa discussão, foi realizada a leitura e aprovação das duas recomendações: uma que versa sobre a Alimentação e Transporte dos

Conselheiros, como forma de garantir a participação social e a outra sobre as Prioridades Orçamentárias para 2017 no que diz respeito à Segurança Alimentar e Nutricional. Eu, Leandro Costa Cuebas, redigi e lavro a presente ata.